

# De cabaré a espaço cultural: um olhar geográfico sobre o patrimônio histórico de Ilhéus-BA a partir do estudo do caso Bataclan<sup>1</sup>

## Resumo

A partir deste estudo de caso discutimos elementos que podem contribuir para a análise geográfica sobre o patrimônio histórico. Entre eles, destacamos a importância do emprego do conceito de paisagem e de procedimentos de análise como: a investigação do contexto no qual se originou o bem patrimonial, o estudo do processo de valorização desse bem como patrimônio e a identificação das formas de apropriação desse patrimônio. Como procedimentos de pesquisa utilizamos a análise bibliográfica e realizamos entrevistas com representantes da Secretaria do Turismo, da Fundação Cultural e da gerência do espaço cultural.

**Palavras-chave:** Ilhéus, Patrimônio, Geografia do Turismo, Jorge Amado, Bataclan.

## Abstract

FROM CABARET TO CULTURAL SPACE: A GEOGRAPHICAL LOOK ABOUT ILHÉUS' PATRIMONY BY CASE STUDY OF THE BATACLAN

From this case study we discuss elements that may contribute to the geographical analysis of the historical patrimony. Among them, we highlight the importance of employment of the concept of landscape and procedures of analysis as: the investigation of the context in which it gave the origin of patrimony, the study of the process of valuate of this buildings as patrimonies, and the identification of the forms of theirs appropriation. As a procedures research, we use the bibliographic analysis

and of conducted interviews with representatives of the Secretariat of Tourism, the Cultural Foundation and the management of the cultural area.

**Key-words:** Ilhéus, Patrimony, Geography of Tourism, Jorge Amado, Bataclan.

## 1. Introdução

O município de Ilhéus foi fundado em 1535 e nunca teve grande vulto nacional até se firmar como maior produtor mundial de cacau no início do século XX. Nesse período ocorreram importantes mudanças demográficas, culturais e espaciais no município, decorrentes da consolidação e expansão dessa monocultura. A construção de um porto marítimo em Ilhéus, por volta dos anos 1920, permitiu o estabelecimento de fortes ligações com países europeus e essa relação passou a influenciar o comportamento social e a arquitetura local da época.

Começam a surgir neste período, em decorrência de um intenso processo de modernização urbana, suntuosas mansões e grandes prédios públicos e privados que ainda hoje atraem a atenção de residentes e turistas. Muitas dessas construções são apontadas hoje como patrimônio histórico de Ilhéus.

Por muitas décadas o cacau trouxe riqueza, luxo e prestígio para a região. No entanto, a partir da década de 1980, uma série de fatores provocou uma profunda crise na produção e abalou a economia de toda região produtora. Entre esses fatores destacamos a proliferação do fungo vulgarmente conhecido como “a praga Vassoura de Bruxa”<sup>2</sup> que devastou os cacauzeiros.

A crise econômica que se instaurou após a decadência dessa monocultura provocou a falência de muitos produtores e a miséria de grande parcela da população historicamente empregada nas fazendas dedicadas à produção do cacau. Diante desta crise regional o poder público municipal se viu obrigado a estimular outras atividades, visando recuperar sua economia, e passou a investir em setores que até então não passavam de meros coadjuvantes do cacau.

O turismo foi uma das atividades escolhidas para promover a recuperação econômica de Ilhéus. Além dos diversificados atrativos naturais

e históricos, a existência de um porto internacional e de um aeroporto garantiu a facilidade de acesso ao município.

Além das ações de recuperação econômica empreendidas pelo poder público municipal, outro elemento importante para a compreensão do turismo em Ilhéus está ligado à ampla divulgação das obras do escritor Jorge Amado. Muitos de seus romances, de alcance internacional, são ambientados no município e atraem a atenção e a curiosidade de muitos turistas.

Nesse contexto, observamos que o poder público vem tentando estruturar e expandir a atividade turística em Ilhéus<sup>3</sup> e identificamos a forte influência das obras de Jorge Amado na orientação das ações públicas de constituição e preservação do patrimônio histórico local e nas ações de fomento ao turismo no município.

Assim, nesse artigo pretendemos analisar como a atuação dos agentes do turismo e do poder público sobre o patrimônio histórico do município de Ilhéus influenciou a organização do espaço. Para desenvolver esse trabalho, além da revisão bibliográfica sobre o tema, realizamos entrevistas com representantes do poder público (Secretaria de Turismo e Fundação Cultural) e com a atual gerente do espaço Bataclan.

O texto está dividido em três seções principais: na primeira abordaremos o contexto de formação do patrimônio histórico no município; na segunda realizaremos um estudo de caso sobre o Espaço Cultural Bataclan, acompanhando o interesse do poder público na recuperação desse prédio e de grupos privados na sua exploração econômica voltada para o turismo; e na terceira discutiremos elementos que podem contribuir para a análise geográfica sobre o patrimônio histórico.

## **2. O contexto de formação do patrimônio histórico no município de Ilhéus**

De acordo com Choay (2001) e Santos (2007), a palavra *patrimônio* originalmente designava o conjunto de bens pertencentes aos pais e que eram transmitidos por herança aos filhos. Ambas as autoras reconhecem que ao longo do tempo essa palavra foi requalificada. Analisando a mudança de sentido da palavra na história, Santos esclarece que

O conceito de patrimônio público como bem coletivo somente se firmou muito mais tarde, no final da Antiguidade (séculos IV e V) e durante a Idade Média (séculos VI ao XV), a partir do patrimônio religioso do catolicismo, quando ao caráter aristocrático do patrimônio se somou o simbólico, esse sim, ao alcance das massas e que se expressava nos cultos aos santos, na valorização dos objetos de culto, relíquias e lugares (SANTOS, 2007, p. 161).

Apesar dessa mudança no conceito de patrimônio, incorporando a ideia de bem coletivo, Santos explica que a grande transformação no conceito ocorreu a partir do século XVIII, com o surgimento dos Estados Nacionais que, apoiados nas concepções de nação, território e identidade, “reuniram bens materiais – monumentos, edifícios e objetos – aos quais se atribuíram valores simbólicos representativos da cultura nacional e que se supunham comuns a todo povo” (SANTOS, 2007, p. 162).

No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) classifica o patrimônio cultural em duas categorias: patrimônio imaterial<sup>4</sup> e patrimônio material. Iremos concentrar nossas análises no conceito de patrimônio material, que é definido pelo IPHAN (2009) como sendo

composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN, 2009).

Dentre a classificação elaborada pelo IPHAN para o patrimônio material nos interessa particularmente o conceito de *patrimônio histórico* por ser o que mais se aproxima do nosso objeto de estudo. Para precisarmos esse conceito adotamos a definição de Choay para quem a expressão patrimônio histórico “designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum [...]” (CHOAY, 2001, p. 11). Para a autora, a noção de patrimônio histórico e a tripla extensão (tipológica, cronológica e geográfica), associada aos bens patrimoniais, estão diretamente relacionadas ao crescimento da prática do turismo como atividade de lazer.

No âmbito da ciência geográfica, Cruz (2003, p. 5) define turismo como sendo “uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”. A autora procura demonstrar a forte influência da atividade turística na organização dos espaços que consome.

Neste sentido, a relação entre patrimônio histórico e turismo interessa particularmente aos geógrafos que investigam a evolução e organização de espaços urbanos caracterizados pela coexistência de diversas temporalidades, que se configuram como atrativos em cidades onde o turismo é uma atividade marcante.

Baseada na definição de que o espaço geográfico é o principal objeto de consumo do turismo, Cruz (2003, p. 5) declara que “há diferenças importantes entre a forma como o turismo de lazer se apropria dos espaços e os (re)organiza e a forma como outras modalidades de viagem o fazem”. Entre essas diferenças a autora afirma que o turismo é fortemente determinado pela cultura.

Em meio às variadas expressões da cultura que podem ser atrativos turísticos, nosso interesse se volta, devido ao nosso objeto de estudo, para o patrimônio histórico. Ao discutir o patrimônio histórico<sup>5</sup> no Brasil, Cruz associa esse tipo de patrimônio aos centros urbanos mais antigos do país e esclarece que:

A história do Brasil é recente, se comparada a países como França, Inglaterra, Espanha, entre outros [...] O que restou da história material no Brasil, do ponto de vista da arquitetura, data, raras vezes, do século XVI [...] Esse patrimônio histórico arquitetônico interessa ao turismo urbano, pois pode representar uma possibilidade de diversificação da oferta turística do lugar. Não por acaso, portanto, o turismo apropria-se desse patrimônio, promovendo sua conservação/preservação e inserindo-o entre os produtos oferecidos ao turista (CRUZ, 2003, p.53).

Ao analisar as formas de apropriação da cultura pelo mercado globalizado, Harvey propõe o conceito de renda monopolista e o explica da seguinte forma:

Toda renda se baseia no poder monopolista dos proprietários privados de determinadas porções do planeta. A renda monopolista surge porque os atores sociais podem aumentar seu fluxo de renda por muito tempo, em virtude do controle exclusivo sobre algum item, direta ou indiretamente, comercializável, que é, em alguns aspectos, crucial, único e irreplicável.

[...] a idéia de cultura está cada vez mais enredada com as tentativas de reassegurar tal poder monopolista, exatamente porque as alegações de singularidade e autenticidade podem ser melhor articuladas enquanto relações culturais distintivas e irreplicáveis (HARVEY, 2005, p. 222; 227).

No caso específico do município de Ilhéus, constatamos que o “consumo” dos bens patrimoniais pelos turistas é um fato. Independentemente das motivações que os levam a se deslocarem até o município, observamos intenso trânsito nos prédios do centro histórico. Sem dúvida, fatores como a existência do patrimônio histórico concentrado em meio urbano, a boa oferta de infra-estrutura turística e a facilidade de acesso aos atrativos históricos, somados ao fato do município estar situado em área litorânea, são condições que se configuram como diferenciais da oferta turística em relação a outros municípios históricos brasileiros.

Além disso, toda a simbologia da cultura do cacau confere ao conjunto<sup>6</sup> histórico e arquitetônico ilheense um caráter cultural único, passível de exploração econômica e obtenção de renda monopolista, por ter plenamente justificadas suas “alegações de singularidade, autenticidade, particularidade e especialidade”, nos termos definidos por Harvey (2005, p. 232).

Santos reforça essa perspectiva de exploração econômica das particularidades do patrimônio ao afirmar que:

O patrimônio tornou-se um dos campos prediletos das indústrias culturais e turísticas urbanas. [...] As políticas locais e urbanas se caracterizam pela pressão mediática e pela prática de estilos de gestão empresariais que aproveitam os particularismos locais como recurso e vantagens competitivas (SANTOS, 2007, p. 171).

Compreendemos que, quando nos referimos à questão do patrimônio histórico, uma das expressões da singularidade dos lugares é a paisagem. Para elucidarmos melhor nossa compreensão a respeito desse conceito recorreremos às idéias desenvolvidas por Milton Santos, para quem,

tudo o que vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições [...] Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos [...] [...] suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos

representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir espaço (SANTOS, 2008, p. 67-68; 73; 75).

Assim, é através da percepção da paisagem, em suas múltiplas dimensões, que verificamos a coexistência das diversas temporalidades e estilos arquitetônicos que comumente caracterizam os centros urbanos antigos e os elementos que diferenciam esses centros e que tornam alguns mais atraentes que outros, segundo as características singulares que apresentam.

Relacionando paisagem e turismo Cruz (2003) parece também reconhecer essa importância da paisagem como expressão das singularidades ao afirmar que a paisagem desempenha um importante papel na constituição dos lugares turísticos e no direcionamento dos fluxos turísticos.

Retomaremos essa discussão entre turismo, cultura e paisagem após a análise do estudo de caso. Por ora, para prosseguirmos com nossa proposta de estudo do patrimônio julgamos necessário ainda precisar outros conceitos. Para tanto, adotamos as definições de Choay (2001) para distinguir as expressões patrimônio histórico, monumento e monumento histórico e sintetizamos essas definições no Quadro 1.

**Quadro 1**  
DEFINIÇÕES PARA O ESTUDO DO PATRIMÔNIO ELABORADAS POR CHOAY

Patrimônio histórico	Compreende “bens incomensuráveis e heterogêneos” (p. 12) dentre os quais o monumento, representado pelas edificações, é apenas uma das categorias.
Monumento	Consiste em “tudo que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (p. 18).
Monumento histórico	“[...] ele é constituído a <i>posteriori</i> pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o seleccionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma parte” (p. 26).

Fonte: Choay (2001).

Adotando essas definições podemos compreender que o monumento é planejado e edificado originalmente como tal. É exatamente no que se refere à intencionalidade que ele se distingue do monumento histórico, porque este não é criado como tal; no momento de sua edificação ele

atende a outros interesses, sendo reconhecido como patrimônio num contexto diferente do qual ele foi produzido.

Utilizando esse referencial conceitual, verificamos que o “patrimônio histórico” do município de Ilhéus é constituído, até o presente momento, unicamente por edificações, que, segundo a classificação do IPHAN, consistiriam num “patrimônio cultural material do tipo histórico”. De acordo com as definições elaboradas por Choay (2001), poderíamos afirmar que os bens patrimoniais oficiais do município são, na realidade, monumentos históricos.

No processo de análise desses monumentos históricos percebemos que, apesar de ter sido fundado em 1535, o município de Ilhéus conta com poucas edificações que datam do período colonial. Se são poucos os elementos que remetem ao passado histórico do município, são ainda mais raras as referências ao “passado histórico dos negros, dos índios e dos emigrantes que foram responsáveis pela povoação do território” (FIGUEIREDO, 2005, p. 9).

A riqueza gerada pela exportação do cacau levou a um intenso processo de modernização, sendo que os “coronéis” do cacau passaram a edificar seus casarões na cidade e a patrocinar reformas e construções de igrejas. Esse processo de modernização foi fortemente influenciado por modelos arquitetônicos da Europa e em muitos casos empregava profissionais europeus que chegavam ao município exclusivamente para a construção das edificações da época.

Para Relph (1990, p. 31) “as paisagens urbanas são uma prova mais que evidente da persistente popularidade dos estilos ornamentais”. No caso específico de Ilhéus é necessário salientar um aspecto interessante acerca desse processo de modernização: normalmente não se distingue nessas construções um estilo arquitetônico característico do período. Os elementos que compõem os diversos estilos arquitetônicos elucidados por Relph (1990) podem ser observados na paisagem urbana de Ilhéus, no entanto, estão longe de indicar as tendências históricas da arquitetura no Brasil. Ao contrário, grande parte das construções da época é caracterizada pelo ecletismo, ou seja, pela “pluralidade de estilos arquitetônicos”<sup>7</sup> (TOREZANI, 2005, p. 6). Uma expressão que poderia sintetizar a paisagem urbana do município poderia ser a de “paisagem urbana híbrida”, empre-

gada por Relph (1990, p. 34) para designar a paisagem caracterizada pelos revivalismos de antigos estilos arquitetônicos.

Segundo Figueiredo (2005), esse ecletismo observado na paisagem urbana do município de Ilhéus poderia ser explicado pela valorização da modernização, com a substituição do que era “velho”, portanto colonial, pelos modelos estéticos europeus, sem a menor preocupação estilística. Outro fator que poderia auxiliar na compreensão desse ecletismo nas reformas urbanas do início do século XX é salientado por vários autores e diz respeito à demonstração do poder econômico proveniente da comercialização do cacau pelos “coronéis”, que foram os grandes propulsores dessas reformas.

Os imóveis construídos/reformados nesse período passaram a ser valorizados como patrimônio histórico de Ilhéus somente no final dos anos 1970, com o início do turismo na região, e mais fortemente no início dos anos 1980, após a referida crise na monocultura cacauceira e o súbito interesse do poder público nessas edificações visando ao desenvolvimento do turismo.

Figueiredo (2005) discute as ações do poder público no processo de valorização, recuperação/preservação e institucionalização do patrimônio histórico ilheense. Buscamos sintetizar essas contribuições no Quadro 2.

**Quadro 2**

**AÇÕES PÚBLICAS SOBRE O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE ILHÉUS**

DATAS	AÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE ILHÉUS
Maio de 1978	Lei municipal nº 1.183: instituição da Fundação Casa de Cultura de Ilhéus. Dentre as competências dessa fundação estava cooperar para a preservação do patrimônio histórico de Ilhéus.
Janeiro de 1985	Lei municipal nº 2.175: dispõe sobre o uso e ocupação do solo delimitando as áreas de interesse histórico e cultural e destacando a importância da preservação de construções dessas áreas.
1988	O governo estadual enumerou alguns bens patrimoniais <sup>9</sup> da cidade após realizar o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC).
1989	O poder público municipal criou o Centro Histórico de Ilhéus, na área central da cidade onde se localizam os palacetes, casarões e ruas construídas no início do século XX pelos coronéis do cacau.
Início dos anos 2000	A Prefeitura Municipal, visando ao desenvolvimento do turismo, buscou revitalizar o centro histórico de Ilhéus com a criação de dois roteiros turísticos – o roteiro Cravo e o roteiro Canela (referências à obra de Jorge Amado).

Fonte: FIGUEIREDO (2005).

Baseado nessa análise histórica o autor conclui sobre esse processo afirmando que:

O turismo vai influenciar sobremaneira a seleção e os investimentos voltados para a preservação e valorização do patrimônio histórico da cidade de Ilhéus. Como grande motivador deste processo temos as obras de Jorge Amado, que ao serem adaptadas pela TV e pelo cinema, difundiram Ilhéus num mercado globalizado do turismo [...] As datas são reveladoras. A novela acaba em 1977, fazendo com que a cidade seja visitada por turistas que queriam conhecer o local descrito nas ficções de Jorge Amado, as histórias dos coronéis e jagunços, elementos desse imaginário do cacau difundido pelo autor [...] foi em 1978 que o poder público vai começar a criar meios legais para a preservação do patrimônio histórico da cidade, dando atenção aos símbolos da cultura do cacau (FIGUEIREDO, 2005, p. 11-12).

No entanto, alguns autores indicam que, apesar da novela “Gabriela”, produzida e exibida pela Rede Globo, destacar o município de Ilhéus, o governo estadual teria concentrado os investimentos para preservação do patrimônio na cidade de Salvador, provavelmente pelo destaque desse município no contexto estadual. Desta forma, os principais investimentos no patrimônio de Ilhéus ficaram a cargo do governo municipal. A escassez de investimentos por parte das instâncias superiores de governo no patrimônio histórico de Ilhéus pode explicar a existência de um número bastante reduzido de bens patrimoniais tombados.

Em Ilhéus grande parte das edificações classificadas como patrimônio histórico e, portanto, de interesse público, é de propriedade privada. Esses bens patrimoniais privados correm o risco de desaparecer por não serem tombados, porque até agora a prefeitura não dispõe de mecanismos legais para a preservação desses bens, uma vez que a delimitação do Centro Histórico somente faz a *recomendação* de conservação e preservação dos imóveis nele localizados.

Durante entrevista com a responsável pela Fundação Cultural de Ilhéus nos foi relatada a dificuldade de conservação dos imóveis do Centro Histórico. A entrevistada informou que muitos dos proprietários buscam “modernizar” seus imóveis para a instalação de lojas comerciais. Isso se deve principalmente ao fato de que o centro comercial está localizado na área e no entorno do Centro Histórico, no qual são identificados cerca de 80 imóveis históricos.

No entanto, os únicos bens tombados do município são: a) *Tombamento Federal*: Capela de Sant'Ana (período colonial); b) *Tombamento Estadual*: Igreja de Nossa Senhora da Escada e Igreja Matriz de São Jorge dos Ilhéus (período colonial); c) *Tombamento Municipal*: Casa de Cultura Jorge Amado e Palácio Marquês de Paranaguá (período do cacau).

Na análise dos bens tombados pelas instâncias superiores de governo podemos verificar o interesse em preservar as poucas edificações coloniais que sobreviveram ao processo de modernização urbana no município. Enquanto isso, o poder público municipal buscou preservar os monumentos históricos construídos no “período de ouro” da monocultura do cacau, provavelmente pelo interesse no desenvolvimento da atividade turística que tem na cultura do cacau o seu diferencial em relação a outras cidades históricas brasileiras. Contudo, essa postura do poder público municipal pode estar se modificando: o projeto de ação da Fundação Cultural que está em andamento prevê o tombamento de oito bens patrimoniais, sendo quatro do período colonial e quatro do período do cacau.

A responsável pela Fundação Cultural reconhece a necessidade de inventariar e reconhecer formas de manifestações culturais imateriais<sup>9</sup> e avalia que o principal obstáculo que se impõe nessa direção seria a estrutura de decisão sobre a cultura local. De acordo com ela, esta estrutura seria ainda muito hierarquizada, sendo que o governo estadual ocuparia a maior parte dos assentos na Comissão de Cultura, centralizando as decisões e dificultando as ações locais.

Atualmente a Fundação Cultural, por meio de projeto de lei, reivindica a implantação do Fundo Municipal de Cultura para subsidiar suas atividades e reivindica também mudanças na constituição do Conselho Municipal de Cultura com a inclusão de diversos grupos sociais. A responsável pela Fundação acredita que essas mudanças facilitariam o processo de reconhecimento das diversas manifestações artístico-culturais do município (inclusive as imateriais) e garantiriam maior autonomia da Fundação Cultural no desenvolvimento de suas atribuições.

Antes de passarmos ao estudo de caso é importante registrar que durante as leituras realizadas para desenvolver este artigo observamos a divergência de perspectivas de análise sobre o patrimônio histórico

de Ilhéus. Identificamos duas perspectivas que denominamos ingênua e crítica, segundo as características principais das análises que realizam sobre o patrimônio.

A perspectiva ingênua foi assim designada porque romantiza o patrimônio histórico do município quase sempre construindo sua argumentação em torno da importância da preservação da cultura, da história e da memória locais sem, contudo, reconhecer a heterogeneidade que o compõe e o processo histórico de sua formação. Os autores que desenvolvem seus trabalhos sob essa perspectiva valorizam, na realidade, somente os elementos materiais relacionados ao período do cacau, ao mesmo tempo em que defendem, direta ou indiretamente, a implementação do turismo, classificando-o como predominantemente do tipo cultural. A respeito desse tipo de turismo Barreto esclarece que:

O turismo cultural no sentido mais amplo seria aquele que não tem como atrativo principal um recurso natural. As coisas feitas pelo homem constituem a oferta cultural, portanto *turismo cultural seria aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem* (BARRETO, 1995, p. 21).

Andrade (2000, p. 71) acrescenta que “as características básicas ou fundamentais do turismo cultural não se expressam pela viagem em si, mas por suas motivações”. Discutindo as motivações relacionadas a esse tipo de turismo, o autor acrescenta:

[...] pelo próprio desejo ou necessidade de participar de ambientes e sociedades diferentes dos que lhe são próprios, ele [o turista] se dispõe a interferir e a integrar-se, em um processo cultural, como elemento ativo e passivo de influência. (ANDRADE, 2000, p. 71).

Para os autores que assumem essa perspectiva ingênua, o turismo cultural que predomina em Ilhéus é impulsionado pela ampla divulgação das obras de Jorge Amado, que, segundo Simões (2002, p. 179), é o “escritor brasileiro mais divulgado, traduzido e lido no exterior”.

Sem apresentar referências que possam indicar a dimensão desse turismo cultural no município, muitos trabalhos, numa perspectiva ingênua (daí a denominação), exploram a figura do “turista-leitor”.

Simões (2002) esclarece que, uma vez que o leitor realiza a “viagem” pelos livros, filmes e novelas e se interessa pelo imaginado na ficção ele

tem a sua curiosidade aguçada para conhecer um mundo não familiar. Movido pela vontade de ver a paisagem que inspirou o texto literário, “passeia” pela cidade que a ficção oferece. Assim nasce o leitor-turista. Não satisfeito, porém, com a mobilidade ficcional somente, ele quer “ler”/ver, ao vivo e a cores, os locais reais tomados pela ficção. De leitor a turista é um passo: aquele que a mobilidade e o trânsito permitem. Torna-se turista-leitor, viajando para reconhecer e observar as re-significações daquelas cidades, antes “visitadas” através da leitura (SIMÕES, 2002, p. 178).

Segundo essa perspectiva, os turistas que se deslocam até Ilhéus o fazem, em sua grande maioria, para “ver com seus próprios olhos” os cenários que os atraíram nos romances de Jorge Amado. Adotada por diversos estudiosos da temática, essa afirmação da predominância do turismo cultural no município parece adquirir uma natureza de fato científico comprovado. De fato, até o momento de conclusão deste artigo não localizamos nenhuma fonte oficial que pudesse fornecer dados suficientes para caracterizar, com precisão, a atividade turística no município de Ilhéus.

A outra perspectiva de análise, que denominamos crítica, questiona as ações do poder público no município em relação ao patrimônio histórico ilheense, afirmando que esse patrimônio, constituído unicamente em função da atividade turística, reproduz o discurso hegemônico das elites locais e prioriza em suas ações os elementos imortalizados nas obras de Jorge Amado em detrimento da diversidade da cultura local. Desta forma, os autores que desenvolvem seus trabalhos sob essa perspectiva criticam as ações unilaterais do poder público em detrimento do incentivo e da preservação de outras formas de representação da cultura local.

Neste sentido, pode-se afirmar, com relação ao processo de formação e representação do patrimônio da cidade de Ilhéus, que a cultura tem vindo a reboque da economia. O turismo tem proporcionado intervenções sobre o patrimônio que visam mais o usufruto pelo turista, num circuito de consumo do visual, do que a valorização do significado dos bens como um legado, o que acarretaria mais tempo para estudo destes bens, e um maior envolvimento da população (FIGUEIREDO, 2005, p. 13-14).

Assim, essa perspectiva reconhece a importância do que atualmente é definido como patrimônio histórico, mas, ao mesmo tempo, demonstra a necessidade da promoção de ações que reconheçam e preservem práticas culturais locais, importantes para a coletividade e que até então não têm tido atenção do poder público municipal.

Essa corrente também questiona a predominância do turismo do tipo cultural no município, sugerindo que essa atividade seria, na realidade, superestimada, tanto por alguns autores quanto pelos poderes públicos.

Buscando elucidar essa questão da tipologia do turismo em Ilhéus consultamos alguns dados oficiais. De acordo com dados da Bahiatursa, o PRODETUR/NE apresenta tabelas e gráficos que comprovariam que: a) do total de 223.170 turistas que visitaram Ilhéus em 2001, apenas 893, isto é, 0,4%, teriam declarado motivação histórico-cultural; b) de 2000 para 2001 teria ocorrido um decréscimo de 3% para 0,4% do turismo com motivação histórico-cultural; c) o turismo de lazer voltado para os atrativos naturais representaria 97% do fluxo no município em 2001, segundo declarações de visitantes (BAHIATURSA, 2001 apud PRODETUR/NE [s.d.]). Apesar da possibilidade desses dados questionarem a predominância do turismo do tipo cultural no município, vale destacar que o próprio PRODETUR/NE ([s.d.], p. 199) reconhece que é muito difícil estimar a movimentação turística em patrimônios históricos, uma vez que “a maioria dos estabelecimentos de cunho cultural no Pólo Litoral Sul não conta com controles rigorosos de fluxo de visitantes [...] Como consequência, os dados conseguidos são dispersos e irregulares”.

Após avaliarmos as perspectivas de análise do patrimônio histórico e da atividade turística em Ilhéus, consideramos a perspectiva que denominamos crítica como a mais adequada para estudar o patrimônio e o turismo no município. Destacamos que o potencial de análise dessa perspectiva seria ampliado se os dados referentes à atividade turística no município fossem mais precisos. Para tanto, seria fundamental que o poder público, em cooperação com pesquisadores e agentes do turismo, pudesse desenvolver e implementar um sistema de coleta de dados significativos, que pudessem auxiliar na caracterização mais detalhada da demanda turística do município e orientar as ações voltadas para o desenvolvimento dessa atividade.

A partir desta perspectiva e tomando como base a constituição do patrimônio histórico de Ilhéus, passaremos a analisar as ações públicas de desenvolvimento do turismo no município a partir do estudo de caso proposto: a trajetória do Espaço Cultural Bataclan.

### 3. De cabaré a espaço cultural: o caso Bataclan<sup>10</sup>

O centro histórico de Ilhéus apresenta inúmeras construções que poderiam ser exploradas nesse artigo como estudo de caso na análise do patrimônio. Dentre elas selecionamos o prédio Bataclan, antigo cabaré da “época de ouro do cacau”. Essa opção se justifica por duas razões principais: primeiramente porque esse espaço foi imortalizado nas obras de Jorge Amado que, como vimos, têm influenciado as ações sobre o patrimônio no município; e, em segundo lugar, porque esse espaço sofreu duas intervenções significativas em um curto período de tempo (2000-2007), empregando capitais públicos e privados, mesmo sem ser um prédio tombado, demonstrando assim o interesse em sua preservação e exploração pelo turismo.

Em relação à segunda justificativa para o estudo de caso, recorremos a Cruz (2003), que destaca dois aspectos particulares de apropriação do patrimônio histórico pelo turismo: a mudança no uso dos bens e as intervenções. A autora detalha que, no primeiro caso, com a chegada do turismo, certos objetos podem observar importantes modificações no seu uso, sem que haja transformações físicas importantes. Neste caso, “o turismo apropria-se desse patrimônio, mudando seu significado original” (p.53).

Identificamos casos como o do Bataclan com o segundo modo exposto pela autora, do turismo apropriar-se do patrimônio histórico. Esse tipo de apropriação inclui intervenções importantes, geralmente movidas pelo objetivo de integrar o patrimônio restaurado aos territórios do turismo (CRUZ, 2003). Vejamos como se constituiu essa apropriação.

O Bataclan se localiza no Centro Histórico de Ilhéus, na Avenida 2 de Julho, próximo do local onde funcionava o porto e a uma famosa feira no início do século XX. De acordo com Vinhães (2001), o Bataclan funcionou simultaneamente como casa de prostituição, cabaré e cassino a partir da década de 1920, sendo frequentado e mantido principalmente pelos coronéis de cacau da região.

Apesar de muito famoso por causa das “raparigas”<sup>11</sup> de Maria Machado, a proprietária do lugar, a casa “recebia, também, em seus salões, companhias de dança e grupos de espetáculo do sul/sudeste e, mesmo, do exterior” (VINHÁES, 2001, p. 296). No entanto, a manutenção financeira

do local se dava principalmente pelas atividades do cassino. Tanto que nos anos 1950 o Bataclan foi fechado, assim como outros estabelecimentos do mesmo gênero, devido à proibição do jogo no Brasil (COSTA, 2004).

Após seu fechamento, ainda nos anos 1950, o prédio do Bataclan passou pelos processos de redecoração e refuncionalização e se tornou a Boate 0 K<sup>12</sup>, ligada a um grupo do Rio de Janeiro. Posteriormente, com o fechamento da boate, o espaço teria se transformado em um conjunto de apartamentos familiares (VINHAES, 2001) até que teria sido abandonado.

**Figura 1**  
RUÍNAS DO PRÉDIO BATACLAN



Fonte: BATACLAN DÉCOR (2007).

O prédio chegou a se tornar ruínas (Figura 1), mas, segundo relatos de alguns guias turísticos, mesmo assim era procurado pelos turistas que queriam conhecer o local e fotografá-lo, devido a sua visibilidade nas obras de Jorge Amado. Essa pode ter sido uma das razões pela qual a Comissão Pró-Memória de Ilhéus sugeriu, em 1987, sua recuperação. Algum tempo depois a Prefeitura Municipal desapropriou o prédio e no ano de 2000 iniciaram-se as obras com recursos da Lei Rouanet e da Petrobrás.

Reconhecemos as obras do período que se estende de 2000 a 2004 como a *primeira intervenção* no Bataclan. Nesta intervenção, o poder público realizou ações de recuperação do prédio e sua refuncionalização com vistas a sua exploração econômica pela atividade turística. Durante essa

intervenção as obras preocuparam-se em conservar a fachada e recuperar o interior que estava em ruínas. Poucas paredes puderam ser preservadas. A recuperação do interior foi muito complicada uma vez que não havia registros fotográficos para nortear as obras. A solução foi apelar para a memória dos antigos frequentadores do prédio (VINHAES, 2001), provavelmente na tentativa de identificar os elementos comuns nos diversos relatos e reproduzi-los.

As obras foram concluídas em junho de 2004 (Figura 2) e a Prefeitura Municipal realizou um processo de licitação para permitir a exploração econômica à iniciativa privada, entregando o prédio para a empresa vencedora mediante a assinatura de um contrato de concessão.

**Figura 2**  
PRIMEIRA INTERVENÇÃO (2000-2004)



Fonte: BATACLAN DÉCOR (2007).

De acordo com o Secretário de Turismo, esse contrato tem duração de dez anos e prevê: a) o pagamento de um aluguel mensal para a Prefeitura Municipal; b) o envio de projeto para apreciação e aprovação na Prefeitura antes da realização de qualquer tipo de obra ou reforma no espaço sob pena de ruptura de contrato e sanções legais; c) definição da condição de que as atividades desenvolvidas no espaço sejam prioritariamente de cunho artístico-cultural.

Após a inauguração, o Espaço Cultural Bataclan passou a contar com um pequeno museu<sup>13</sup>, um quarto mobiliado, que seria uma réplica do quarto de Maria Machado<sup>14</sup>, um café e uma pequena loja de produtos artesanais regionais.

Segundo o Secretário de Turismo e a atual gerente do Espaço Cultural Bataclan, a empresa que geria o espaço cultural procurou a Prefeitura Municipal no início do ano de 2007, buscando finalizar o contrato e alegando problemas financeiros. Sabendo desse fato, um casal local – uma arquiteta e um empresário – procuraram a empresa e propuseram uma parceria na gestão do espaço cultural. Eles reuniram vinte e três profissionais e buscaram patrocínio para promover uma nova intervenção no prédio através de um evento de Casa Cor, denominado “Bataclan Décor”, que foi realizado ainda no ano de 2007<sup>15</sup> (Figura 3).

**Figura 3**  
SEGUNDA INTERVENÇÃO (2007)



Fonte: BATACLAN DÉCOR (2007).

Uma vez que o prédio já estava recuperado fisicamente os profissionais que trabalharam nessa *segunda intervenção* preocuparam-se em criar e decorar os ambientes internos. Mais uma vez a ausência de fotografias foi um empecilho para a realização dos trabalhos. Segundo nos relatou a atual gerente do espaço e idealizadora do projeto, a solução encontrada foi buscar inspiração nos cabarés franceses, que primeiramente influenciaram a constituição desse espaço na década de 1920.

Analisando essas duas intervenções no prédio em um prazo de oito anos, podemos verificar o grande interesse em sua exploração econômica pela atividade do turismo. Esse interesse provavelmente está relacionado à ampla divulgação desse espaço nas obras de Jorge Amado e nas diversas adaptações dessas obras.

Segundo nossa compreensão, a primeira intervenção (2000-2004) não consistiu na “revitalização” do espaço como muitos autores intitulam. Acreditamos que essa intervenção teria sido caracterizada pela recuperação do prédio, através dos processos de restauração e reconstrução e pela refuncionalização voltada para a atividade turística. A restauração se aplicou em uma parte pequena da obra, na qual alguns elementos originais do prédio<sup>16</sup> puderam ser restituídos para compor a forma atual. Para o restante da obra foi necessária a reconstrução do prédio, uma vez que ele estava em ruínas. Uma vez concluída a recuperação, houve a refuncionalização do prédio para promover atividades culturais visando principalmente atrair os turistas.

Acreditamos que a revitalização do Espaço Cultural Bataclan, no sentido original do termo – dar vida nova; revigorar; reviver – tenha ocorrido a partir da segunda intervenção (2007). Nesse sentido, discordamos dos autores que utilizam o termo revitalização para indicar as obras realizadas no período de 2000-2004, porque, apesar de promover a abertura do prédio ao público, as atrações oferecidas concorriam para a efemeridade da apropriação desse espaço: para realizar as principais atividades propostas – o percurso pelo prédio, a visita ao museu e a exibição do esquete teatral – o visitante levava em média trinta minutos. No caso de moradores locais/regionais, uma vez efetuada a visita, não havia motivos para retornar ao prédio já que as atividades permaneciam inalteradas.

Considerando a efemeridade da apropriação do espaço, a ausência de diversificação das atividades e o caráter sazonal do turismo no município<sup>17</sup> podemos compreender os motivos que levaram a empresa gestora a encontrar problemas financeiros para a exploração do espaço e a consequente manutenção do contrato com a Prefeitura Municipal.

Desta forma, acreditamos que a efetiva revitalização tenha sido promovida a partir da segunda intervenção, através da criação de alguns mecanismos que, até então, parecem satisfatórios para contornar os problemas da

manutenção financeira do espaço, superando as dificuldades encontradas pela gestão anterior. Detalhamos esses mecanismos no Quadro 3.

### Quadro 3

MECANISMOS UTILIZADOS PELA ATUAL GESTÃO COMPARTILHADA NA TENTATIVA DE PROMOVER A REVITALIZAÇÃO DO ESPAÇO CULTURAL BATACLAN

<i>Manutenção de um horário de funcionamento regular:</i> até a constituição da gestão compartilhada o prédio não contava com um horário de funcionamento bem definido. Atualmente, apesar de o espaço oferecer horários especiais nos períodos de alta temporada, o horário de funcionamento é regular e amplamente divulgado.
<i>Definição de atividades diversificadas:</i> em cada dia da semana é promovido um tipo de atividade. Destacamos particularmente as quartas-feiras, nas quais, no período da noite, acontece uma apresentação teatral num dos principais espaços do prédio – o cabaré. Os atores, vestidos com trajes da época, encenam o espetáculo “Histórias de Cabaré”, que dura em média 40 minutos. Essas apresentações são um importante instrumento para contornar a sazonalidade do turismo no município.
<i>Reutilização</i> <sup>18</sup> : no caso do Bataclan, essa é uma estratégia paralela de promoção do patrimônio histórico, uma vez que a função de museu não desapareceu. A reutilização diz respeito à (re)criação de um café e um bar, que são responsáveis pelo aumento do fluxo de pessoas e contribuem para garantir a apropriação do espaço durante todo o ano.
<i>Criação da Patente do Coronel:</i> essa patente consiste no registro do morador/visitante para a obtenção de uma espécie de passaporte que garante o acesso gratuito ao Espaço Cultural Bataclan em dias “normais” (sendo cobrado somente o consumo no bar ou café) e possibilita o pagamento de metade do preço da entrada em dias de apresentação teatral.
<i>Espaço comercial:</i> após essa segunda intervenção foi instalado no interior do prédio uma loja especializada em decoração de interiores que também dispõe de vários itens temáticos para presentes e <i>souvenirs</i> .
<i>Fontes de renda alternativas:</i> outras estratégias da atual gestão para ampliar as possibilidades de exploração econômica do espaço são: aluguel do prédio para a realização de festas e eventos particulares e a promoção de festas e eventos temáticos.

Fonte: Dados da pesquisa.

Além dos mecanismos descritos acima, a revitalização também ocorre graças a uma maior apropriação do espaço pela comunidade, uma vez que atualmente o Espaço Cultural Bataclan também “desenvolve projetos sócio-culturais e oferece aulas de capoeira, exposições de arte, apresentações teatrais, lançamento de livros [...]” (BATACLAN DÉCOR, 2007, p. 02), além de atividades esporádicas como saraus e bailes temáticos. A esses mecanismos de promoção do espaço e incentivo a sua apropriação, somam-se os esforços de divulgação do Espaço Cultural Bataclan, dos serviços oferecidos e das atividades desenvolvidas. De acordo com o Secretário de Turismo e a gerente do espaço, após a segunda intervenção mencionada foram reali-

zadas ações para incluir o Espaço Cultural Bataclan nos principais roteiros de agências de turismo, embarcações que aportam no município e também na programação de guias turísticos independentes, além, obviamente, de promover esse espaço no município e em toda região.

Acreditamos que através da implantação dos mecanismos descritos será mais fácil a manutenção do espaço pela atual gestão e destacamos a importância do poder público municipal tomar as devidas providências para o tombamento do prédio, visto que ele não está sequer relacionado entre os próximos bens a serem protegidos no município. Também consideramos de suma importância a manutenção da propriedade pública do espaço associada ao acompanhamento de sua gestão pela Prefeitura Municipal como ocorre atualmente.

#### **4. Contribuições para o olhar geográfico sobre o patrimônio histórico**

O estudo de caso que empreendemos nos revela elementos importantes para a investigação/discussão sobre a constituição, preservação e manutenção do patrimônio histórico. Dentre eles destacamos a importância da utilização do conceito de paisagem e do emprego de alguns procedimentos de análise.

O conceito de paisagem nos parece fundamental no estudo do patrimônio histórico, porque a paisagem é um produto social e, como tal, reflete momentos históricos e técnicos da sociedade que a tem criado e modificado ao longo do tempo, e que interessa ser preservada pela coletividade e/ou comercializada pela indústria do turismo. Berque desenvolve a noção da paisagem como marca e como matriz, e esclarece que

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas também é uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno. E assim, sucessivamente, por infinitos laços de co-determinação (BERQUE, 1998, p. 84-85).

A partir da compreensão da paisagem como a *dimensão visível* do espaço geográfico, formada por objetos materiais e não-materiais (SANTOS,

2008), que se constitui como *marca* da sociedade que a produziu (BERQUE, 1998), podemos explicar a existência das diversas temporalidades que normalmente caracterizam os centros urbanos históricos.

Mas, no que tange a análise da apropriação desses centros, principalmente pela indústria do turismo, é necessário também reconhecer a paisagem como *matriz* (BERQUE, 1998). Nesse caso, essa perspectiva pode permitir a interpretação dos fatores que levam à valorização e ao “consumo” de alguns lugares pela atividade turística em detrimento de outros.

Ao desenvolver a ideia de paisagem matriz Berque (1998) sugere:

É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja determina, em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política, etc. (BERQUE, 1998, p. 86).

O autor ainda acrescenta que a compreensão da paisagem como matriz envolve o reconhecimento de um “*sujeito coletivo*: é uma sociedade, dotada de uma história e de um meio” (BERQUE, 1998, p. 86-87).

Harvey parece compartilhar os pressupostos de Berque ao afirmar que “[...] as alegações de singularidade, autenticidade, particularidade e especificidade [...] são tanto resultado das construções discursivas como dos conflitos baseados em fatos materiais” (HARVEY, 2005, p. 232-233) e também ao desenvolver a relação entre os marcos de distinção, as rendas monopolistas e o capital simbólico. Nessa relação explicitada pelo autor,

[...] o que está em jogo é o poder do capital simbólico coletivo, isto é, o poder dos marcos especiais de distinção vinculados a algum lugar, dotados de um poder de atração importante em relação aos fluxos de capital de modo mais geral.

Harvey ainda explica que o termo “capital simbólico” é adotado de Bourdieu, mas critica a restrição desse termo a indivíduos e o emprega relacionado ao coletivo

[...] para mim parece que as formas coletivas (e a relação dos indivíduos com essas formas coletivas) talvez fosse de interesse maior. O capital simbólico coletivo vinculado a nomes e lugares [...] é de grande importância, conferindo a tais lugares grandes vantagens econômicas [...] (HARVEY, 2005, p. 233).

Nesse ponto cabe resgatarmos a relação entre turismo, cultura e paisagem (marca e matriz). Compreendendo o turismo como uma atividade de lazer que “consome” o espaço, podemos perceber que o que atrai o turista são as peculiaridades do processo de produção de um determinado espaço geográfico, processo esse que é único do ponto de vista cultural e material. Esse processo está materializado na paisagem e, apesar da indústria do turismo explorar as particularidades do espaço, normalmente a relação do turista com esse espaço é tão efêmera que, na nossa concepção, ele acaba “consumindo a paisagem”.

Salvo raras exceções, os turistas não são atraídos aos lugares por sua organização espacial, nem tampouco pelos conflitos de apropriação do espaço. Eles normalmente querem conhecer paisagens diferentes das quais estão habituados e, quase sempre, desejam registrar sua passagem por essas paisagens<sup>19</sup>.

Além de ressaltar a importância do conceito de paisagem, gostaríamos de destacar também alguns procedimentos de análise que consideramos fundamentais no estudo do patrimônio histórico: a investigação do contexto no qual se originou o bem patrimonial, o estudo do processo de valorização desse bem como patrimônio e a identificação das formas de apropriação desse patrimônio.

No que diz respeito à preservação e à manutenção do patrimônio histórico, o estudo do contexto social, histórico e econômico no qual este bem se originou é importante, porque revela as estruturas e práticas sociais que orientaram sua construção, sua forma física e sua função primordial. Principalmente no caso de bens patrimoniais compostos fundamentalmente por monumentos históricos, essa investigação é importante por denunciar os usos originais desses bens e indicar as diversas funções que eles assumiram ao longo do tempo.

Essa contextualização é igualmente crucial para compreender os fatores que levaram à valorização do referido bem como patrimônio e os usos que se observam a partir dessa mudança de concepção – de meros prédios a representantes significativos da história e da cultura de uma comunidade.

Em relação ao processo de valorização de bens como patrimônios históricos, identificamos duas tendências principais: a preservação da

história local e a exploração pelo turismo. Analisando a intencionalidade de cada uma dessas tendências, pudemos identificar discrepâncias fundamentais: a primeira faria referência direta à história local e à memória coletiva e buscaria a preservação do patrimônio histórico como forma de conservação da identidade e coesão social; no extremo oposto, a exploração do patrimônio pelo turismo teria seu foco principal na diversificação da oferta turística. Nesse caso, a preservação das referências à história local e sua representatividade para os moradores não seriam relevantes. O interesse central seria a conservação, a divulgação e o “consumo” das particularidades presentes no espaço geográfico.

Essas duas tendências, não raro, interagem e até se confundem no processo de constituição e conservação do patrimônio histórico, assumindo diferentes matizes. No entanto, apesar do turismo normalmente cumprir seu papel na proteção do patrimônio, é notável sua forte tendência de promover uma relativa standardização desse patrimônio (CRUZ, 2003).

Reconhecendo que a iniciativa privada tende a subvalorizar as referências do patrimônio que são significativas para a comunidade local, visando a sua exploração econômica, acreditamos que, embora a iniciativa de preservação de um bem patrimonial possa partir de outros agentes<sup>20</sup>, a responsabilidade de identificar, reconhecer e proteger o patrimônio cultural deve ser atribuída fundamentalmente ao poder público.

Primando pelo interesse coletivo, o poder público poderia promover a efetiva participação dos diversos grupos sociais neste debate, como forma de garantir sua representatividade na constituição do patrimônio local e a democratização das decisões sobre ele, visto que o patrimônio deve retratar a sociedade na qual se insere em toda sua diversidade.

Enfim, no que diz respeito às formas de apropriação do patrimônio, não poderíamos deixar de comentar, ainda que brevemente, a delicada relação entre o público e o privado na manutenção do patrimônio histórico.

O primeiro entrave na discussão da questão público-privado é a propriedade do bem patrimonial. Para garantia dos interesses da coletividade, acreditamos que o ideal seria se os bens representativos da cultura local fossem fundamentalmente de propriedade pública, para que pudessem ser usufruídos pela população.

Sabemos da limitação do orçamento destinado à cultura nas diversas esferas do poder executivo para aquisição, recuperação e manutenção desses bens. No entanto, uma vez que determinado bem seja identificado como patrimônio, mesmo no caso de ser de propriedade privada, é responsabilidade do poder público, representando o interesse coletivo, promover a preservação desse bem. Para isso, além dos mecanismos legais de conservação, seria interessante a realização de um amplo trabalho de sensibilização e educação patrimonial com os proprietários privados para favorecer seu envolvimento na conservação do patrimônio sob sua tutela.

Mesmo no caso da propriedade pública do bem patrimonial, nosso estudo identificou que outros problemas significativos se impõem a sua manutenção. Tanto a escassez de recursos quanto a de pessoal, além de limitações em termos de capacitação para administrar esse bem, são sérios obstáculos à gestão pública do patrimônio. Muitas vezes problemas desta natureza levam o poder público a permitir, sob concessão, a exploração do patrimônio pela iniciativa privada.

Como procuramos mostrar a partir do estudo de caso Bataclan, essa pode ser uma alternativa viável para garantir o acesso do público ao patrimônio. No entanto, acreditamos que, independentemente do tipo de gestão, o patrimônio histórico público deve permanecer como propriedade pública, deve possuir meios legais para a conservação de suas características primordiais e deve assegurar o acesso da população local, da qual o patrimônio é originalmente um legado.

## **5. Considerações finais**

Como vimos, a formação do patrimônio histórico de Ilhéus está reduzida às poucas edificações do período colonial que resistiram às reformas urbanas do início do século XX e às edificações do período da monocultura do cacau. Apesar do crescente empenho do poder público em conservar esses monumentos históricos, com vistas principalmente ao desenvolvimento da atividade turística, o município só apresenta cinco prédios tombados. Desta forma, os mecanismos de preservação são reduzidos, uma

vez que grande parte das edificações listadas pela prefeitura como sendo de interesse público é de propriedade privada.

Compreendemos as dificuldades econômicas pelas quais o município tem passado nas últimas décadas e acreditamos que o turismo pode ajudar na sua recuperação. Entretanto, o poder público deve criar meios de caracterizar com maior precisão os tipos de turismo e os fluxos turísticos predominantes no município para que possa, conjuntamente com profissionais da área, secretários de governo e a sociedade civil organizada, traçar um projeto de desenvolvimento municipal. Alertamos ainda sobre os perigos de “apostar todas as fichas” nessa única atividade, principalmente observando o forte caráter sazonal do turismo em Ilhéus.

Quanto ao Espaço Cultural Bataclan, reconhecemos sua importância econômica e histórica para o município, compreendemos as dificuldades técnicas para sua recuperação e acreditamos que a efetiva “revitalização” estaria ocorrendo a partir da segunda intervenção (2007). Destacamos, entre os principais mecanismos implantados pela atual gestão, a criação da “*Patente do Coronel*”, como uma estratégia positiva de acesso aos moradores locais e uma alternativa viável para a manutenção financeira do espaço no período de “baixa estação”.

Expressamos nosso desejo de que o projeto elaborado pela Fundação Cultural de Ilhéus seja aprovado e que as decisões sobre a cultura local, sua importância para a memória coletiva e a prioridade de ações e investimentos sejam amplamente debatidas entre os representantes das diversas entidades da sociedade civil. Esperamos que a partir daí sejam levantadas, inventariadas e preservadas as mais variadas formas de manifestações culturais com o devido respeito à diversidade dos grupos humanos.

Por fim, lembramos que Ilhéus tem, sem dúvida, em sua história, em seu território e em sua paisagem as marcas do cacau; as marcas imortalizadas por Jorge Amado. Mas tem igualmente as marcas dos indígenas, dos negros, dos imigrantes brasileiros e estrangeiros que foram igualmente importantes em sua construção. Cabe ao poder público conhecê-las e preservá-las, até mesmo para permitir a construção de uma identidade municipal na qual os diversos grupos possam se ver e se sentir representados.

## Notas

<sup>1</sup> Este artigo foi originalmente produzido como parte das atividades da disciplina “Evolução e Organização do Espaço Urbano” oferecida pelo Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia, sob orientação do Prof. Dr. Wendel Henrique.

<sup>2</sup> A denominação científica desse fungo é *Crinipellis perniciosa*.

<sup>3</sup> Atualmente se cogita a construção de um novo porto e de um aeroporto internacional para ampliar a acessibilidade dos turistas ao município.

<sup>4</sup> Neste artigo trataremos o patrimônio imaterial somente de forma muito breve. Segundo o IPHAN (2009), esse tipo de patrimônio consiste basicamente nos conhecimentos, práticas e representações sociais (e objetos associados) que são transmitidos e recriados de geração em geração.

<sup>5</sup> Cruz (2003) utiliza a denominação patrimônio histórico arquitetônico.

<sup>6</sup> Gallardo (1996, apud SANTOS, 2007) divide o patrimônio da humanidade em quatro categorias: *monumentos, conjuntos, sítios ou lugares e bens naturais*. Acreditamos que o patrimônio histórico de Ilhéus analisado neste artigo (correspondente ao período do cacau) estaria relacionado à categoria “conjuntos” definidos como: “grupos e conjuntos edificados que por sua unidade e integração na paisagem são considerados de valor universal excepcional” (SANTOS, 2007, p. 164).

<sup>7</sup> A Catedral de São Sebastião é um exemplo emblemático desse ecletismo: construída sobre as ruínas da antiga igreja colonial, a catedral possui arquitetura neoclássica (COSTA, 2004), torres e vitrais franceses, abóbadas romanas, colunas coríntias, cúpulas renascentistas e adornos barrocos (TOREZANI, 2005).

<sup>8</sup> “Nesse, vão estar presentes, além das igrejas mais antigas do município e da prefeitura municipal, sedes de fazendas e palacetes dos coronéis do cacau” (FIGUEIREDO, 2005, p. 11).

<sup>9</sup> Até o presente momento a Fundação Cultural não dispõe de um inventário do patrimônio cultural imaterial do município de Ilhéus.

<sup>10</sup> De acordo com Corrêa (1972) a palavra *bataclan* (apropriada do francês *bataklan*) é um substantivo masculino utilizado para designar “trastes incômodos e inúteis”.

<sup>11</sup> Rapariga é uma denominação regional para designar mulheres que trabalham na prostituição.

<sup>12</sup> Leia-se Zero Quilômetro.

<sup>13</sup> No museu, os turistas podem observar alguns objetos e pertences de “Maria Machado” (cujo nome verdadeiro era Ana Machado) e inúmeras fotografias de Ilhéus do início do século passado. Essas fotos estão organizadas em quadros e são acompanhadas por trechos das obras de Jorge Amado. Através delas os guias turísticos contam as histórias do município no período do cacau e do prédio Bataclan.

<sup>14</sup> Na réplica do quarto de Maria Machado ocorre a apresentação de um esquete teatral, com duração de 15 a 20 minutos, com uma atriz vestida com trajes da época, representando a antiga proprietária e contando histórias que remontam a personagens e lugares descritos nos romances de Jorge Amado.

<sup>15</sup> O Secretário de Turismo informou que o projeto foi enviado e aprovado pela Prefeitura Municipal e que essa segunda intervenção no Bataclan foi realizada pelos gestores do espaço sem a utilização de verbas públicas.

<sup>16</sup> São eles: a fachada, algumas poucas paredes internas construídas com fragmentos de rochas e óleo de baleia e algumas vigas de madeira que sustentavam o piso do primeiro andar.

<sup>17</sup> O turismo no município de Ilhéus é geralmente concentrado nos meses de junho/julho e dezembro a fevereiro.

<sup>18</sup> A *reutilização* foi definida por Choay como um processo de integração do patrimônio histórico na vida contemporânea que “consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso normal, subtraí-lo a um destino de museu, é certamente a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do patrimônio” (2001, p. 219).

<sup>19</sup> Lembramos o estereótipo do turista: um visitante reconhecido pelas roupas que fogem ao cotidiano do local e por um elemento característico - uma máquina fotográfica ao redor do pescoço. Esse registro do “consumo da paisagem” supre tanto necessidades pessoais, ligadas à memória e à história individual, quanto necessidades sociais de diferenciação.

<sup>20</sup> Neste estudo identificamos como agentes que podem reivindicar a preservação do patrimônio histórico: poder público, proprietários privados, grupos sociais organizados, entidades ligadas à cultura e agentes do turismo. Não é nosso propósito discutir aqui as diferentes intencionalidades destes agentes quanto à preservação do patrimônio histórico.

## Referências

ANDRADE, José Vicente. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2000.

ANDRADE, Maria P. **Ilhéus: passado e presente**. 2. ed. Ilhéus, BA: Editus, 2003.

BATACLAN DÉCOR. **Catálogo ilustrado**. Ilhéus: 2007.

BARRETO, Margarida. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**. Disponível em: <http://www.portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginalInicial.do>. Acesso em: 30 mar. 2009.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: Côrrea, Roberto Lobato; Rosendahl, Zeny (orgs.). **Paisagens, textos e identidades**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 84-91.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CORRÊA, Roberto A. **Dicionário Escolar: Francês-Português/Português-Francês**. 5. ed. Rio de Janeiro: FENAME/MEC, 1972.

COSTA, Aline Caldas. Imaginário, cultura e turismo no quarteirão Jorge Amado. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 6, p. 1-4, abr-jul.2004.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

FIGUEIREDO, Antônio Marcus Lima. O patrimônio histórico de Ilhéus em sites de turismo. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 5. CIDADE, 2005. 15p. **Anais...** Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0697-1.pdf>. Acesso em: 14. out. 2008.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

PRODETUR/NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste). **PDITS – Litoral Sul. Patrimônio Histórico e Cultural**. [s.d.] p.192-207. Disponível em: [http://www.bancodonordeste.com.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/gerados/pdits\\_ba.asp](http://www.bancodonordeste.com.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/gerados/pdits_ba.asp). Acesso em: 14. out. 2008.

RELPH, Edward. Estilos antigos e formas novas na arquitetura:1880-1930. In: \_\_\_\_\_. **A paisagem urbana moderna**. Lisboa: Edições 70, 1990.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Nadjá Ferreira. Da Roma Antiga à globalização: patrimônio urbano para quem? **Revista Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 159-179, jul.-dez. 2007.

SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. De leitor a turista na Ilhéus de Jorge Amado. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Belo Horizonte, n. 6, p. 177-183, 2002.

TOREZANI, Julianna Nascimento. Um olhar no patrimônio de Ilhéus: cultura, patrimônio e turismo. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 7, p. 1-15, ago.-nov. 2005.

\_\_\_\_\_; SACRAMENTO Sandra Maria Pereira do. Patrimônio arquitetônico e turismo cultural em Ilhéus. 11. Seminário de iniciação científica da UESC – lingüística, letras e artes. **Anais...** Ilhéus: 2005.

VINHÁES, José Carlos. **São Jorge dos Ilhéus: da capitania ao fim do século XX**. Ilhéus: Editus, 2001.

